

Comentários sobre as Minutas de Portarias de Livre Acesso, Cessão de Capacidade e Critérios Tarifários aplicáveis ao Transporte Dutoviário de Gás Natural

Livre Acesso

O Artigo 4º, desta minuta de Portaria, contraria o Artigo 58 da Lei 9478/1997 ao estabelecer restrições ao livre acesso nos casos em que a solicitação do serviço (i) se refira a Novas Instalações de Transporte (operação há menos de 4 anos) e (ii) se destine ao transporte de GN para Mercados Emergentes (fornecimento comercial há menos de 8 anos).

Além do mais, a adoção, no caso do Gasbol, dos conceitos estabelecidos na Portaria, traz divergências dos procedimentos para as áreas de concessão ao resultar em acesso livre na área da Comgás e restrito nas outras áreas, dentro do mesmo Estado, interferindo com a regulação estadual.

Com relação ao critério para o atendimento de Serviço de Transporte Interruptível, Artigo 5º, propomos reduzir o percentual de 70 para 50%, da Capacidade Máxima de Transporte, o que atenderia o objetivo de usar a capacidade ociosa dos dutos.

Quanto aos Artigos 7º e 8º, entendemos que previamente à adoção desta Portaria deveria ser estabelecida a forma de a ANP atuar na análise do regulamento do Concurso Público de Alocação de Capacidade, fortalecendo assim a posição do regulador. Com relação ao §2º, do artigo 7º, a nosso ver o processo de CPAC estabelece excessiva proteção do lado do carregador possuidor de contrato, ao dar preferência na recontratação da capacidade.

Cessão de Capacidade

Nada a comentar.

Critérios Tarifários

Artigo 6º: sugerimos uma definição mais clara de como será estabelecida a tarifa de transporte interruptível, para evitar eventuais interpretações divergentes entre os agentes do mercado.

Artigo 10: propomos que o regulamento defina como o carregador deverá comprovar o repasse das reduções nas tarifas.